

# *Comunicação, media e sociedade*

## *– contributo para a leitura do quinquénio*

### *1995-1999*

---

MANUEL PINTO \*

Este trabalho propõe-se ser um contributo para a memória e a leitura da segunda metade dos anos 90, no que aos media e à comunicação diz respeito. Centra as atenções em Portugal, embora não esqueça o enquadramento do país no espaço europeu e o contexto internacional mais lato.

Compõe-se de duas partes distintas: uma apresentação cronológica das notícias sobre este campo da vida social, vindas a lume nos principais órgãos de imprensa, e um conjunto de leituras sectoriais e transversais de fenómenos, tendências e acontecimentos suscitadas pela análise dessas notícias. Ele surge, em primeiro lugar, de uma necessidade de manter viva a memória de um tempo; surge, ainda, de uma preocupação de acompanhar a actualidade e de procurar detectar, nos seus sinais, as linhas de força e as tendências fortes que marcam ou exprimem a mudança social; resulta, finalmente, de um esforço de contextualizar os acontecimentos nas suas coordenadas espaço-temporais.

O campo de observação aqui considerado reporta-se, como se disse atrás, ao âmbito da comunicação e dos media em Portugal. Por ele entendemos os diversos subsistemas sociais institucionalizados que operam ao nível da produção, difusão e recepção de mensagens, bem como as lógicas sociais e políticas, e ainda os actores que condicionam

---

\* Professor do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (mpinto@ics.uminho.pt)

e configuram, a diferentes níveis, a acção das instituições de comunicação. Em termos mais precisos, a definição abrange áreas e problemas tão diversos como:

- a) as empresas e grupos de comunicação, as respectivas estratégicas, jogos de interesses e orientações de actuação;
- b) a ampla gama de profissionais ligados ao campo da comunicação, bem como as respectivas estruturas associativas de diversa natureza, os seus saberes e o seu saber-fazer;
- c) as inovações tecnológicas e as respectivas incidências no plano comunicacional, além dos discursos socialmente produzidos em torno das tecnologias;
- d) os conteúdos e produtos resultantes da performatividade das instituições e da relação de coexistência/competição entre elas;
- e) os comportamentos mensuráveis e informais dos públicos e, em geral, das audiências e dos consumidores;
- f) a produção e difusão de informação e conhecimento sobre o campo da comunicação e dos media;
- g) a acção das instâncias com poder de decisão e de intervenção no campo, ao nível nacional e internacional (com destaque para a União Europeia).
- h) Os fluxos informativos locais, nacionais e transnacionais.

O período considerado neste trabalho é delimitado pelos anos de 1995 e 1999, inclusive. Tal delimitação não se ficou a dever a razões especiais. Decorreu do facto de um dos autores ter começado a elaborar uma cronologia que foi, entretanto, continuada até finais de 1999. Contudo, se se lançar um olhar atento ao que aconteceu nesses cinco anos, não será difícil concluir ter-se tratado de um tempo de grandes e aceleradas transformações.

No período em referência, podem identificar-se três grandes movimentos distintos, mas com claras pontes entre si, que chamam a nossa atenção. O primeiro diz respeito ao impacte que a difusão da Internet e a exploração das suas virtualidades veio trazer não apenas ao campo dos media, como também aos processos e práticas comunicacionais em geral. O segundo refere-se ao acentuado incremento dos movimentos de concentração e convergência entre empresas e sectores, num ecrã mais vasto caracterizado pela globalização da economia. O terceiro

respeita às orientações e debates relacionados com as políticas de comunicação, incluindo a produção de legislativa. Estes três grandes movimentos não esgotam, longe disso, o leque de aspectos relevantes que uma análise atenta do ocorrido nos cinco anos considerados permite destacar, como veremos mais adiante. Detenhamo-nos um pouco sobre cada um dos pontos enunciados.

### **Impacte da Internet**

1. O ano de 1995, precisamente o primeiro do quinquénio aqui analisado, representa também aquele que foi designado pelo ‘ano da Internet’. Se se pode falar de um *take off*, em termos de utilizadores e, sobretudo, da visibilidade pública do fenómeno, 1995 é certamente um ano de referência. Nessa altura – foi ontem, mas parece ter passado uma eternidade – predominavam nos discursos as tonalidades românticas e uma crença algo ingénua no advento da comunicação total. Bem distantes, aliás, dos fortíssimos movimentos que se desenvolveriam nos anos seguintes no sentido do controlo da Internet pelo mercado e pelas estratégias dos grupos económicos.
2. Três aspectos merecem atenção: a rápida difusão do acesso à rede e as novas modalidades de comunicação, de consulta e transferência de informação por essa via conquistadas; os (novos) serviços prestados pela multiplicação de *sites* institucionais e individuais; e, finalmente, a multiplicação e diversificação das formas de acesso à informação *on-line* disponibilizada pelos órgãos de comunicação social tradicionais e por novos órgãos especificamente concebidos e lançados a pensar no ciberespaço<sup>1</sup>.
3. O fenómeno que mais chama a atenção, neste contexto, é o crescimento exponencial do volume de informação disponível ou circulante. Circunscrevendo-nos ao campo dos media, passámos de algumas dezenas de jornais diários disponíveis em rede em 1995, para vários milhares no ano terminal do século XX, verificando-se um fenómeno idêntico no caso das estações

---

<sup>1</sup> É o caso, entre nós, do *Diário Digital*, lançado em 19 de Julho de 1999 e difundido exclusivamente na Internet.

radiofónicas e dos canais de televisão, neste caso, a um ritmo ainda mais vertiginoso. Importará, contudo, observar que tal crescimento não se faz apenas por justaposição ou cumulatividade, mas pela criação de um novo ambiente de contornos difusos e cada vez mais incomensuráveis, marcado por uma lógica de convergência e complexificação de linguagens, de modalidades e níveis de interacção social, em que o 'negócio', remetido inicialmente a uma posição discreta, rapidamente se tornou rei e senhor.

4. Os problemas suscitados por estas transformações prendem-se, nomeadamente, com a banalização decorrente da abundância de dados e solicitações e a limitação ou mesmo inoperância dos critérios tradicionais de avaliação e balizamento. Novos instrumentos e novas competências parecem ter-se tornado necessários para 'navegar' neste oceano informativo, que não apenas a destreza na utilização das tecnologias. Um outro aspecto, este mais estreitamente ligado ao campo mediático-jornalístico, diz respeito aos desafios que advêm deste novo cenário para o exercício do jornalismo. Os reptos centram-se, neste âmbito, por um lado, na crescente facilidade de acesso de qualquer utilizador da Internet às mesmas fontes informativas dos profissionais da informação, e, por outro, na rapidez com que a informação é disponibilizada e actualizada, tornando cada vez mais escasso o tempo necessário à respectiva reflexão, verificação e contextualização. Estes desafios têm levado uns a pôr em causa a necessidade do jornalismo e dos jornalistas, e outros, ao contrário, a acentuar ainda mais a imprescindibilidade do seu contributo à vida pública e à cidadania, no novo contexto. Os debates que começam a ganhar forma nos últimos anos, retomados, neste livro, no capítulo II, aí estão para evidenciar isso mesmo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Um marco deste debate pode ser encontrado num texto de 1996, do holandês Jo Bardoel, publicado no *European Journal of Communication* (vol. 11, n. 3), significativamente intitulado 'Beyond Journalism' e que começa logo de forma provocatória: "Estará o jornalismo a tornar-se redundante?". Numa resposta a este texto, um outro académico, oriundo da Universidade de Estocolmo, é taxativo: "o jornalismo não é e nunca será redundante. Haverá sempre a necessidade de textos noticiosos editados, que são bem produzidos se recorrerem aos princípios jornalísticos (...): objectividade, definição pela linguagem, valores-notícia profissionalmente definidos e vantagens da diversidade. A sociedade democrática não pode avançar sem o jornalismo e este é, de resto de enorme importância para a própria econo

5. Importa, no entanto, não perder o sentido da realidade: se, com o impacte da Internet, nos encontramos diante de uma tendência que diríamos avassaladora e ao que tudo sugere irreversível, não é menos verdade que a grande maioria dos cidadãos continua arredada do acesso à assim chamada ‘sociedade da informação’, sem estar garantido que não se venham a acentuar as assimetrias sociais neste domínio<sup>3</sup>. Na verdade, os dados recolhidos trimestralmente pela empresa Mediaplanning ao longo do quinquénio sugerem que, além do fenómeno da juvenlização, o acesso e uso da Internet continua a ser predominantemente masculino e implantado sobretudo entre os grupos sociais mais favorecidos (cf. quadro)<sup>4</sup>. Desde ponto de vista, torna-se ainda mais notória a relevância de políticas e de programas que visem facilitar o acesso a este novo ambiente e a este meio de comunicação.

#### Evolução do acesso e uso da Internet em Portugal (em %)

	1997	2000
Acesso à Internet	6.7	25.3
Hábito de usar a Internet	2.9	14.8
Uso da Internet entre a população feminina	24.2 (47.5)	31.7
Uso da Internet entre a população com menos de 25 anos	48.3 (20.2)	46.7
Uso da Internet entre as classes alta e média alta	51.7 (15.2)	42.8

FONTE: Mediaplanning: dados dos estudos de audiências da Internet em Portugal entre (maiores de 14 anos, relativos ao 1.º trimestre de 1997 e ao 1.º trimestre de 2000, calculados com base em 5040 entrevistas telefónicas. Os valores entre parêntesis referem-se às percentagens relativas ao universo.

mia que por vezes tanto o ameaça. A luta entre a economia e a cultura (a que o jornalismo pertence) continuará – porque se uma das partes vencer, as duas morrerão” (Hultgren, 1998). Esta profissão de fé está, no entanto, muito longe de reunir um consenso alargado.

<sup>3</sup> O *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, apresentado em finais de Abril de 1997, constitui um referencial importante neste âmbito. Várias das orientações nele delineadas têm vindo a ser traduzidas em programas de acção, mas de uma forma desigual, em especial quanto ao ritmo de concretização (cf. [www.missao-si.mct.pt](http://www.missao-si.mct.pt)).

<sup>4</sup> Os dados da Mediaplanning sobre a Internet entre os portugueses maiores de 15 anos, relativos ao período compreendido entre finais de 1997 e Março de 2000, indicam que tanto o número dos que tinham acesso como o daqueles que a utilizavam mais do que duplicou. Mas esse crescimento, numericamente espectacular, não pode fazer esquecer que, em cada sete portugueses apenas um se movimentava com alguma regularidade no ciberespaço.

### Serviço de Transmissão de Dados - Acesso à Internet

	1997	1998	1999
Número de assinantes	88.670	172.698	474.389
N.º de servidores ( <i>hosts</i> )	ND	10.776	22.879
N.º de acessos	72.231	122.378	242.621
N.º de subdomínios: total	1.679	3.581	7.022
N.º de subdomínios pt	1.198	2.872	5.417
N.º de pontos de acesso (POP's)	288	258	301

Fonte: ICP ([http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/stdados4\\_99.html](http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/stdados4_99.html))

6. Sendo certo que o problema das acessibilidades constituiu (e continua em boa medida a constituir) um *leitmotiv* dos discursos e das preocupações, não será menos certo que a preocupação pelos conteúdos e a ênfase na multiplicação dos serviços disponibilizados polarizou (e continuará previsivelmente a polarizar) as atenções, à medida que se caminhava para a recta final dos anos 90. Esta nova etapa, estreitamente relacionada com a já aludida tendência para a mercantilização do ciberespaço, virá a traduzir-se em movimentos de convergência e aliança entre o sector das telecomunicações, entretanto liberalizado ou em processo de liberalização (cf. o capítulo I, mais adiante) e o sector dos media.

### Constituição/reconfiguração dos grupos empresariais

1. Longe vão os tempos em que as empresas de comunicação existiam e laboravam isoladamente, sempre com os olhos postos nos concorrentes do mesmo ramo. Hoje em dia, são excepcionais os casos de grandes meios de difusão colectiva "solteiros", isto é, desligados de lógicas e estratégias de grupos de comunicação. Esse movimento conheceu, no quinquénio que vai de 1995 a 1999, um incremento assinalável (veja-se, neste livro, o texto de Joaquim Fidalgo), que foi de algum modo preparado e potenciado quer pelas políticas liberalizadoras adoptadas pelos governos de Cavaco Silva, como sublinha, também nesta obra, Helena Sousa, quer pelo contexto de concorrência internacional.

2. Pode observar-se com grande nitidez um movimento similar em termos internacionais. Num curto período de tempo – mais precisamente entre o Verão e o Outono de 1995 – assistimos ao anúncio da aquisição, pela Walt Disney, da Capital Cities, detentora, nomeadamente, da cadeia norte-americana ABC; ao acordo de fusão da Time Warner com o grupo de Ted Turner (CNN); e à aliança entre o grupo francês Havas e o líder mundial das telecomunicações, Alcatel-Alsthom. Outros movimentos de grande envergadura continuaram a ocorrer no período em observação (veja-se, por exemplo, o surgimento do segundo maior grupo mediático do mundo, nos princípios de Setembro de 1999, quando a Viacom – detentora da MTV e da Paramount – adquire a cadeia CBS, nos EUA). Por outro lado, a corrida à televisão e rádio digital irá continuar a dar origem a alianças, fusões e concentrações.
3. Em Portugal, dois grupos de comunicação se destacam pela movimentação estratégica e tática e pelas dimensões que foram adquirindo: a Impresa e a Lusomundo. O primeiro lidera na informação geral de semanários (com o *Expresso*) e no campo televisivo (com a SIC), além de deter posições importantes nas 'newsmagazines' (com a *Visão*) e nas revistas sociais (com a *Caras*). Além disso, conduz praticamente isolado o nível mercado dos jornais gratuitos (com o *Jornal da Região*) que representa já um significativo volume de negócios na Grande Lisboa e na margem sul do Tejo. A Lusomundo ocupa uma posição de liderança no jornalismo diário (designadamente com o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Notícias* e o *24 Horas*), bem como na rede de salas de cinemas e na distribuição cinematográfica. Entretanto, o grupo Impala, conotado com a chamada imprensa do coração, reforçou também a sua posição no campo das revistas, ao passo que a Media Capital, além do reforço da posição no subsector da imprensa económica, compra a Rádio Cidade (Março de 1999) e adquire o controlo da TVI, trazendo um novo fôlego àquela que fora até então conhecida como a "televisão da Igreja". Finalmente, a Cofina, um grupo estranho ao campo, desenvolve nos finais dos anos 90, uma actividade febril de tomada de posições no âmbito mediático, de que a operação mais relevante terá sido a OPA sobre a Investec,

- lançada em meados de Agosto de 1999 em articulação com o BPI e contra idêntica oferta pública anunciada, dias antes, pela Lusomundo.
4. Um dado de peso, neste cenário em recomposição acelerada, refere-se ao papel cada vez mais saliente e, dir-se-ia, estruturante, do grupo Portugal Telecom, nomeadamente através da PT Multimédia, apresentada oficialmente em meados de Julho de 1999. Voltada estrategicamente para a TV interactiva e a Internet de alta velocidade, a PT Multimédia passa a liderar, entre outras empresas, a TV Cabo e a Telepac. Ao mesmo tempo que a Portugal Telecom expande a sua presença nas redes de telecomunicações noutros países - v.g. no Brasil - internamente, começa a desenhar alianças com outros grupos de comunicação, como é o caso da Impresa e, já em 2000, do grupo Lusomundo. Evidencia-se, desta forma, uma tendência forte de articulação de interesses entre o maior operador das redes de telecomunicações e de dados e os grandes operadores e fornecedores de conteúdos. De modo análogo, de resto, ao que se passou e tem continuado a passar noutros países.
  5. Convém notar, finalmente, que a participação de capital estrangeiro no sector das comunicações e mediático português se mantém num nível pouco significativo, tendo aí as disposições legais em vigor um efectivo papel de contenção. O caso mais saliente será, porventura a parte detida pela Globo no capital da SIC, desde a sua criação e, mais recentemente, a entrada da Microsoft no capital da TV Cabo (2,5%). No período aqui em análise, assiste-se, em contrapartida, ao abandono praticamente total do nosso país de um dos grupos europeus de comunicação, a Edipress, grupo que alienou a favor da AbrilControl-jornal alguns dos seus títulos de imprensa mais salientes, como a *Visão* e a *TV Mais*.

### **Políticas de comunicação: preocupações e impasses**

1. As grandes reformas no campo das comunicações e dos media, de sentido des-regulamentador, encontravam-se já no essencial implementadas pelos governos de Cavaco Silva, quando, em Outubro de 1995, os socialistas ganham as eleições legislativas

(veja-se, neste trabalho, o capítulo I). Também neste campo, o novo Governo de António Guterres inova mais no estilo e na forma do que no fundo dos problemas<sup>5</sup>. E seria natural que, com um outro partido do centro político no poder, a vontade de marcar a diferença se traduzisse também no terreno legislativo. Simbólica, deste ponto de vista, é a imediata revogação de legislação 'cavaquista', que alterara disposições da lei de Imprensa em sentido que a esquerda parlamentar havia considerado anti-democráticas.

2. A série de textos legais que foram sendo aprovados abre, em Maio de 1997, com o diploma<sup>6</sup> que define o regime de licenciamento das estações emissoras de radiodifusão e que, entre outras novidades, permite a estações que emitam há pelo menos três anos, poderem passar a temáticas, mediante concurso a realizar oportunamente. A nova Lei da Televisão é aprovada em 14 de Julho do ano seguinte, com o objectivo, entre outros, de enquadrar os desenvolvimentos tecnológicos entretanto surgidos, nomeadamente em termos de televisão digital, de codificação de canais, etc. Por sua vez, a Lei de Imprensa, publicada já no começo do ano de 1999, substitui a que vigorava, embora com alterações, desde o período revolucionário. A estes diplomas há que acrescentar a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), que alargou os poderes deste órgão e alterou, desgovernamentalizando, a respectiva constituição; o Estatuto

---

<sup>5</sup> Afirmar que as mudanças foram sobretudo de estilo e de modo de governar não significa que menosprezemos a atenção dada à democratização e a outros aspectos na definição e implementação da política de comunicação social. Por essa razão, não nos parece que o pensamento do secretário de Estado Arons de Carvalho esteja em radical oposição ao que dizemos, quando, ao caracterizar a actividade legislativa deste período, considera que "não se tratou apenas de uma mudança formal", apontando, como argumento, cinco vectores: "de modernização, abrindo caminho à introdução da tecnologia digital e ao aparecimento de novos canais de televisão; de aprofundamento das liberdades públicas, com o alargamento dos direitos dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social; de desgovernamentalização, através do reforço das competências e da independência da Alta Autoridade para a Comunicação Social e da participação dos conselhos de opinião das empresas de serviço público de radiodifusão e de televisão na designação dos gestores; de reforço do pluralismo, mediante a concretização de um conjunto de incentivos, incidindo principalmente na comunicação social regional; e de solidariedade com os países africanos lusófonos, através de uma política de cooperação onde avulta a criação da RTP-África e da RDP-África" (Portugal, 1999: 7).

<sup>6</sup> Decreto-lei 130/97, de 27 de Maio.

- do Jornalista, que não era revisto desde o final dos anos 70, que reforça e clarifica os direitos dos profissionais da informação<sup>7</sup>, bem como as condições de acesso à profissão; enfim, o diploma que extinguiu o Gabinete de Apoio à Imprensa e instituiu o Instituto da Comunicação Social, que veio inverter a tendência anterior para o esvaziamento do papel do Estado neste campo, conferindo a esta nova entidade atribuições relevantes no estudo e assessoria na definição e execução de políticas, bem como na documentação e na articulação com outros sectores da acção política e, ainda, na promoção de articulações com entidades públicas e privadas “representativas de interesses relevantes no âmbito da comunicação social e domínios conexos”<sup>8</sup>.
3. Um terreno em que se notou igualmente um esforço saliente da parte do Governo, na continuidade de processos que vinham de trás, relaciona-se com a aproximação das emissões de rádio e televisão ao espaço lusófono e, em especial, a África. Dando continuidade à experiência da RTP-Internacional, é lançada a RDP-África em 1 de Abril de 1996 e a RTP-África nos começos de Janeiro de 1998. Antes disso, tinha-se já assegurado as condições técnicas para fazer chegar as emissões da RTP-I ao território de Timor-Leste, então ainda ocupado pela Indonésia.
  4. No período aqui considerado, prosseguiu e, de algum modo, adensou-se o debate sobre o sentido de um serviço público de televisão. O facto de se tratar de um tema que dificilmente sai da órbita do meio televisivo não deixa de enviesar um debate que poderia e, porventura, deveria ser equacionado com termos de referência menos redutores. Outro factor que inquina e empobrece ainda mais uma temática já de si encurralada decorre da incapacidade, que se verificou de forma notória, de inverter o plano inclinado da crise em que a RTP tem estado mergulhada. Com este cenário por pano de fundo, subiu significati-

---

<sup>7</sup> Um aspecto desse diploma que tem vindo, com o tempo, a adquirir uma importância crescente é o que respeita aos direitos de autor inerentes aos trabalhos elaborados e publicados pelos jornalistas. O Estatuto prevê a regulamentação deste ponto no prazo de 120 dias, uma vez ouvidos os representantes das empresas e dos profissionais. Esse prazo não foi cumprido.

<sup>8</sup> Preâmbulo do Decreto-lei 34/97, de 31 de Janeiro.

vamente de tom o discurso em diferentes registos conducente, em última análise, directa ou indirectamente, à privatização do actual operador público ou pelo menos de um dos seus canais. Esta tem sido a posição oficial do PSD, enquanto principal partido da oposição parlamentar, tendo vindo a ser também adoptada por algumas figuras de proa do PS. Entre os *lobbies* que apostaram no descrédito e na destruição da RTP e aqueles que, mais moderadamente, se insurgiram contra o tipo de gestão e a lógica de imitação (do pior) dos operadores privados, a RTP trilha hoje um caminho incerto cujo desfecho não é possível antever.

5. Outro aspecto a sublinhar pelas suas características inovadoras, a este nível, refere-se ao interesse que foi adquirindo a vertente dos estudos enquanto instrumentos complementares na definição e execução das políticas. Um dos casos a referenciar é o trabalho “O Futuro da Televisão em Portugal”, elaborado por uma comissão de reflexão criada em Fevereiro de 1996, constituída por individualidades de reconhecida competência na matéria<sup>9</sup>. Outro exemplo foi o estudo sobre a representação da violência na programação televisiva dos quatro canais hertzianos nacionais, encomendado pela AACS e levado a cabo por uma equipa do ISCTE, liderada pelo Prof. Jorge Vala<sup>10</sup>. De teor convergente, embora de fôlego mais longo e substancial, pode ser entendida a criação do OBERCOM, Observatório da Comunicação, um projecto que reúne recursos e interesses de instituições quer públicas quer privadas e que pode vir a ter um importante papel na recolha, tratamento e difusão de informação de base, de que tanto se carece no nosso país. Possa ele contar com os meios humanos e financeiros necessários e saiba ele articular-se com as instituições, nomeadamente universitárias, vocacionadas para a pesquisa e o estudo da comunicação e dos media.
6. Finalmente, não pode deixar de se articular a análise das tendências observáveis na política de comunicação em Portugal com o que se passou no quadro da União Europeia. A este

---

<sup>9</sup> Veja-se o teor deste estudo em [www.secs.pt](http://www.secs.pt).

<sup>10</sup> Pode consultar-se o seu teor no site [www.aacs.pt/violencia\\_tv/indice.htm](http://www.aacs.pt/violencia_tv/indice.htm)

nível, importa lembrar que um protocolo anexo ao Tratado de Amsterdão reconhece a competência dos Estados Partes para financiar o serviço público de radiodifusão, desde que tal não ponha em causa a concorrência e as trocas no interior do espaço comunitário. Várias das iniciativas e tomadas de posição das instituições comunitárias centram-se, neste período, na resposta a queixas e recursos dos operadores privados dos diferentes países (Portugal incluído), precisamente por causa dos financiamentos estatais aos operadores públicos. Uma conclusão a que se chega, embora impressionante, é que a própria União balança entre a lógica do mercado e a lógica do serviço público, conforme o pelouro (Direcção Geral) que está em causa. Algo de análogo se pode verificar com o problema das quotas de programação de origem comunitária, matéria em que a Directiva comunitária de 1989 já era de relativa permissividade, apesar das boas intenções, e que não levou a qualquer conclusão taxativa na revisão efectuada em 1997.

## **Luzes e sombras de um quadro**

Para além dos eixos de análise atrás referidos, há um conjunto de outros aspectos cuja consideração se torna pertinente, na caracterização do quinquénio 1995-1999. Dizem respeito às características dos conteúdos da programação televisiva; às tendências para o aligeiramento da informação; à problemática ligada à audimetria; à mudança de comportamentos e de estilos relacionados com as tecnologias e dispositivos de comunicação; e, por fim, aos desenvolvimentos no ensino e na pesquisa em comunicação. Vejamos mais de perto, embora necessariamente de forma sumária, cada um deles.

1. *Conteúdos da programação televisiva* – No período em referência, assistimos ao melhor e ao pior que a televisão pode e é capaz de oferecer. Numa e noutra faceta, a SIC deu cartas e os restantes canais não lhe ficaram atrás. Tivemos, num lado, a “Máquina da verdade” e “A cadeira do poder” (SIC), “Obrigado por tudo” (RTP1) e Ratinho (TVI) e, no outro extremo, “Portugalmente” e “Acontece” (RTP2), “Meninos de Angola”, “Cette

télévision c'est la votre"<sup>11</sup> e "A hora da liberdade"<sup>12</sup> (SIC ) e "Jardim da Celeste" (RTP1). São apenas exemplos, discutíveis, evidentemente, mas indiciadores de experiências e procuras, lógicas e opções de programação. Em todo o caso, um dos temas permanentes e recorrentes, no que se refere à programação, continuou a ser a preocupação com os efeitos da violência televisiva nos mais pequenos. Seguindo o exemplo dos Estados Unidos e do Canadá, também a União Europeia iniciou um debate (por sinal inconclusivo) sobre a oportunidade de, entre outras medidas, impor a introdução de um dispositivo filtrador de conteúdos, conhecido por *v-chip*. Em Portugal, o assunto foi objecto de iniciativas várias, públicas e semi-públicas (o estudo sobre a representação da violência na TV, encomendado pela AACS, já referido, inscreve-se nesse contexto), levando à decisão dos operadores, mediada pela Alta Autoridade, de passarem a inserir uma sinalética identificadora da natureza problemática de alguns programas<sup>13</sup>.

2. *Aligeiramento da informação jornalística* – Relacionado com o tópico anterior está o problema da informação. O termo 'aligeiramento' será porventura suave para dar conta daquilo que tem sido caracterizado como espectacularização ou 'tabloidização' da informação. Os simulacros de referendo, com perguntas claramente enviesadas colocadas directamente aos telespectadores; o recurso ao *fait divers* para abrir telejornais ou fazer manchetes de primeira página, mesmo em órgãos de informação de referência; a utilização de imagens chocantes não imprescindíveis à avaliação da importância das notícias pelos cidadãos – tudo isto se tornou relativamente corrente, configurando uma tendência bem recortada. A capacidade de denúncia, o investimento no jornalismo de investigação, a produção de

---

<sup>11</sup> Um documentário de Mariana Otero que desvendava os bastidores das decisões e opções da SIC em termos de programação. Produzido inicialmente para o canal francês ARTE, viria a ser transmitido pelo canal português, embora antecedido e seguido de comentários oficiais ou oficiosos que pretenderam anular o alcance do trabalho.

<sup>12</sup> Um programa de reconstituição da madrugada e dia 25 de Abril de 1974, realizado para a evocação dos 25 anos da Revolução dos Cravos.

<sup>13</sup> O PP de Paulo Portas passou mesmo a incluir a proposta de introdução do *v-chip* como um dos seus *leitmotiv*.

reportagens e documentários de grande qualidade<sup>14</sup> não deixaram de continuar presentes, apesar deste deslizar progressivo e consistente para o espectáculo e para o sensacionalismo. Este fenómeno vai a par com aquilo a que poderíamos chamar a “colunização” ou “comentarização”, isto é pelo peso cada vez mais acentuado dos colunistas, colaboradores permanentes e comentadores especializados que ocupam um tempo e um espaço cada vez mais extensos nos órgãos de informação. Sendo em muitos casos uma mais-valia para a argumentação dos assuntos públicos e para a fundamentação das opiniões, também serão, noutras casos, meras tribunas de interesses particulares, quando não púlpitos de propaganda de diferentes matizes. Tudo isto ocorreu num período em que surgiram e se afirmaram, ao mesmo tempo, experiências relevantes de Provedorias do Leitor na imprensa generalista, no *Diário de Notícias* e no *Público*, primeiro e, mais recentemente, no *Jornal de Notícias*.

3. *O que (não) mede a audimetria* – Um dos temas que ‘acompanhou’ o quinquénio teve a ver com a audimetria, as empresas nela implicadas e a qualidade ou fiabilidade da medição. No âmbito televisivo, o problema começou a adquirir contornos mais significativos quando a SIC ultrapassou e consolidou a sua vantagem sobre a RTP1, a partir de 1995. O então presidente do CA da RTP, Freitas Cruz, sugere aos seus homólogos da SIC e da TVI a realização de uma auditoria independente às empresas de audimetria, bem como a criação de um instituto fiscalizador da actividade dessas empresas. A situação não se altera e, no ano seguinte, o assunto é objecto de reuniões entre o secretário de Estado da Comunicação Social e os operadores. As pressões e preocupações surgem também do lado das associações de telespectadores e de consumidores. Em finais de 1998, a 16 de Novembro, a CAEM toma a decisão de considerar a Markttest a entidade-referência do mercado, em termos de audimetria, o que leva a concorrente (a AGB, até então com

---

<sup>14</sup> Pensamos, por exemplo, em “Meninos de Angola” e “A condição humana”, ambas de jornalistas da SIC e emitidas por este canal, mas poderíamos referir também esse caso notável que é “Acontece”, na RTP2.

posição dominante) a abandonar o nosso país. As dúvidas quanto à representatividade e validade da informação recolhida não foram, contudo, dissipadas, pelo que continuou a manifestar-se a pressão para a auditoria aos processos de definição da amostra e às características do painel, designadamente. O quinquénio, porém, terminou sem que as águas deste oceano tivessem serenado<sup>15</sup>. É bom de ver que a problemática subjacente à audimetria, tal como é habitualmente colocada, remete acima de tudo, para questões de natureza económica, implicadas na feroz competição que os operadores mediáticos travam pelas audiências. Ora, o problema das audiências está longe de se circunscrever à dimensão económica. Remete, necessariamente, para o conhecimento das práticas culturais e estilos de vida dos diferentes grupos e actores sociais e dos respectivos contextos de vida quotidiana. Esta relação entre práticas sócio-culturais e práticas mediáticas carece de ser, no nosso país, muito mais estudada do que aquilo que tem sido, recorrendo a metodologias tanto quantitativas como qualitativas. Neste contexto, vale a pena anotar dois movimentos aparentemente de sinal contrário: por um lado, na parte final do período aqui em observação, uma aparente perda de vitalidade das associações de telespectadores, depois de um período de acentuada intervenção na imprensa; por outro, um crescendo aparente de iniciativas relacionadas com aquilo que tem sido designado como “educação para os media”, oriundas predominantemente do campo educativo (Projecto “Público na Escola”; Instituto de Inovação Educacional; e Associação Educação e Media).

4. *Um novo meio-ambiente tecnológico* – Foram já feitas atrás algumas referências ao alargamento exponencial das redes telemáticas – em especial da Internet – e do acesso dos cidadãos a essas redes. Se bem que expressando e configurando um novo ‘ecossistema comunicacional e informativo’, o fenómeno Internet não abarca toda a panóplia de transformações registadas no plano das tecnologias da informação e comunicação,

---

<sup>15</sup> Os sinais de descontentamento não se circunscreveram ao âmbito televisivo: no âmbito radiofónico, também a RDP expressou o seu descontentamento com os dados de audiência apurados pelo Barême-Rádio.

com vastas e notáveis incidências ao nível dos modos socialmente diferenciados de apropriação e de utilização e da configuração de comportamentos e de estilos de vida. Um terreno em que a situação se alterou de forma pronunciada refere-se à disseminação pelo país (centros urbanos e faixa litoral) das redes de televisão por cabo, bem como a adesão a essa (para Portugal) nova modalidade de distribuição dos canais televisivos (cf. quadro). Não foi apenas o acesso a novos canais, designadamente temáticos e em vários casos falados ou legendados em português, mas também a novas modalidades de acesso (*pay per view, video on demand*) e novos serviços (como o acesso à própria Internet)<sup>16</sup>. Refira-se, por outro lado, a verdadeira explosão que se registou ao nível das telecomunicações móveis, em especial a partir de 1995, com um crescimento de tal modo exponencial que o número de telemóveis ultrapassou, em 1999, o número de postos da rede fixa. É ainda incipiente o estudo sobre o impacte sociocultural desta inovação nos vários sectores de actividade, nos diferentes grupos sociais e na vida privada.

#### Alojamentos cablados e número de assinantes (em milhares)

	1995	1996	1997	1998	1999
ALOJAMENTOS CABLADOS	377	977	1.476	1.827	2.259
ASSINANTES	58	171	383	596	760

FONTE: ICP ([http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/tvc4\\_99.html](http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/tvc4_99.html))

#### Evolução do número de assinantes de telemóvel (em milhares)

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
6,5	12,6	37,3	101,2	173,5	340,8	663,7	1.507,0	3.074,6	4.671,5

FONTE: ICP ([http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/tvc4\\_99.html](http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/tvc4_99.html))

<sup>16</sup> Apesar dos sucessivos vaticínios de sinal diverso, o quinquénio terminou sem que a tendência para a convergência e combinação de tecnologias apontasse numa direcção clara: se será o computador a distribuir predominantemente a TV e outros media; se será a TV a facultar o acesso à Internet; ou se as várias modalidades continuarão a coexistir e a diversificar as suas possibilidades.

5. *A preocupação pelo estudo do campo da comunicação* – No período aqui considerado, surgiram diversos e consistentes sinais, indiciadores de que a investigação científica e o estudo sistemático dos problemas da comunicação e dos media tendem a constituir um dos eixos do desenvolvimento equilibrado do próprio sector. De entre esses sinais, importa destacar: a) o surgimento da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação), que realizou em Março de 1998 o seu primeiro grande congresso e que tem coordenado, sob a presidência do Prof. Aníbal Alves, a aproximação ao mundo lusófono no seu campo específico; b) a ampliação do leque de estudos sobre aspectos do campo comunicacional e mediático, resultado, em muitos casos, dos cursos de mestrado e dos doutoramentos entretanto realizados; c) criação e continuidade de algumas colecções editoriais ligadas ao campo, de que é justo destacar a colecção da Editorial Minerva, dirigida pelo Prof. Mário Mesquita; d) constituição da BOCC (Biblioteca Online de Ciências da Comunicação) sediada na Universidade da Beira Interior, uma iniciativa pioneira do Prof. António Fidalgo; e) o surgimento de novas revistas de estudo e aprofundamento de questões comunicacionais, como é o caso de *Comunicação e Sociedade* (Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho) ou da *Observatório - Revista do OBERCOM*; f) o surgimento do CIMJ (Centro de Investigação em Media e Jornalismo), em Lisboa, presidido pelo Prof. Nelson Traquina; g) os estudos qualitativos das audiências de imprensa, desenvolvidos por Cristina Luz, para a AIND; h) finalmente, vários outros sinais, como sejam as secções de cobertura da actualidade mediática nos media (principalmente na imprensa diária e semanal, mas também na TV, como foi o caso do “Primeira Página”); as colunas dos provedores de leitor, etc. É de esperar que as dinâmicas lançadas neste período venham a traduzir-se num enriquecimento e consolidação das tendências aqui apenas enunciadas.

### **Uma “obra (naturalmente) aberta”**

Um esforço avaliativo como o que aqui se propõe terá de ser necessariamente provisório. Desde logo porque a proximidade dos factos e dos processos envolvidos não permite o olhar distanciado que o tempo e a recontextualização permitiriam. Mas também porque nos encontramos diante de fenómenos complexos e multifacetados, que exigem estudo mais aturado e sistemático.

Por outro lado, o presente trabalho comporta riscos e limitações, dos quais os autores são os primeiros a estar conscientes. Apesar de tudo, e dada a carência deste tipo de instrumentos, considerou-se que valia a pena pô-lo ao dispor dos interessados. A ideia é continuar a reconstituir esta memória dos eventos, a sublinhar sinais de futuro, fenómenos que se dissimulam por detrás das ocorrências e que, em alguns casos, nem sequer acedem à visibilidade conferida pela cobertura mediática. Todas as críticas e sugestões serão certamente bem-vindas para a continuação e melhoria deste projecto de atenção à actualidade e de perscrutação do que ela transporta de encenação e de novidade.